



Terra Livre

Mariana Sulidade

Terra Livre

**A luta pela terra no Maranhão
Contemporâneo**

Capa
Mariana da Sulidade

Pesquisa Iconográfica e Imagens
Mariana da Sulidade

Texto
Mariana da Sulidade

Revisão
Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo Almeida Chaves

Esta revista foi elaborada como produto do Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Monica Piccolo Almeida Chaves. Reitera-se ainda que toda a pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Sulidade, Mariana da.

T – São Luís, 2018.

28 f.; il. Produto da dissertação A LUTA PELA TERRA EM SALA DE AULA: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e Produção do Paradidático "Terra Livre".

Orientação Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. Ensino de História. 2. Luta pela terra 3. Maranhão Contemporâneo. 4. Ditadura Empresarial-Militar I. Título

Apresentação

Caro (a) estudante,

O livro que está em suas mãos contará parte da história da luta dos camponeses e camponesas pelo acesso a terra no Maranhão.

Mas, por que estudar esse tema?

A forma como nosso país organizou a relação terra x trabalho deixou marcas profundas na nossa sociedade.

Na História recente do nosso estado várias pessoas foram vítimas de violências e tiveram seus direitos subtraídos. Mas não se calaram e organizaram-se em busca do direito à terra livre.

Nas próximas páginas veremos portanto, parte dessa história.

Convidamos você, para essa aventura, boa leitura!

A autora

SUMÁRIO

PRIMEIRAS CONVERSAS	07
Capítulo 1 : Camponeses e Camponesas na Ditadura - Resistir é Preciso!	13
Capítulo 2 : Um certo Manuel.....	17
Capítulo 3 : Coco Livre e Mulheres em luta.....	20
Capítulo 4 : Para não esquecer: vítimas e desaparecido no Maranhão	23
Considerações Finais	26
Referências	27

PRIMEIRAS CONVERSAS

O que comemos hoje pela manhã, que tipo de alimento está disponível na feira do nosso bairro, como está distribuída a qualidade de vida de nosso espaço, todas essas questões estão interligadas com a forma que o nosso país organizou o campo e o meio rural e faz parte portanto, da história das relações que nos cerca e de como foi tratada a questão agrária do país.



Pequenos agricultores em área de produção familiar



Área de monocultura da soja

Que diferenças você consegue perceber nas imagens acima? Ambas usam o espaço da mesma forma?

Mas o que é Questão Agrária?

Desde muito tempo, o Brasil tem convivido com o problema da concentração agrária, quer dizer, muitas terras nas mãos de poucas pessoas, e muitas pessoas sem solo pra trabalhar. Esse fenômeno cria os **latifúndios**, grandes extensões de terra. Os proprietários dos latifúndios são chamados de latifundiários.

Enquanto poucas pessoas tem acesso à terra, muitos trabalhadores e trabalhadoras vivem sem áreas para plantar. Dessa forma, são obrigados a se submeterem a vários tipos de violência, como, expulsões, assassinatos, espancamentos e exploração da mão de obra. Concentração fundiária, violência no campo, luta pela terra são características de uma **questão agrária**.

Chamamos de **questão agrária** uma série de problemáticas que envolvem o campo e que precisam ser resolvidas, tais como: quem vai ocupar a terra? O que vai ser plantado? Como essa terra será distribuída?

As políticas de terras ou as Leis de Terras são leis que decidem como a terra será ocupada. O Sistema de Sesmaria no Brasil Colonial que constituiu as Capitânicas Hereditárias é um exemplo de lei de terras. A lei de Terras de 1850, também é política de terras, que determinou novas regras para o acesso a terra. Um outro exemplo é o Estatuto da Terra de 1964 durante a Ditadura ou A Lei de Terras de 1969, no Maranhão. As leis são construídas em momentos históricos diferentes e representam uma realidade social específica. Converse com seu professor(a) sobre essas leis de terras, será que elas previam a participação de todos no acesso à terra de forma justa?

Reforma agrária é o conjunto de políticas que tem como objetivo uma melhor distribuição de terras. Por esse motivo, os **movimentos sociais do campo** têm como principal reivindicação uma distribuição de terras mais justa.

Assim, camponeses e camponesas formam uma **classe social** chamada **campesinato**.

A classe do campesinato representa a forma como camponeses se articulam politicamente e economicamente na reprodução social da vida e na luta pelos seus direitos. Em diferentes momentos históricos muitos movimentos de camponeses se organizaram para lutar pelo acesso a terra.



Você sabe o que foram as Ligas Camponesas? As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e depois Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás. Atuaram fortemente nas décadas de 1950 e 1960 quando foram perseguidas pelo regime ditatorial iniciado em 1964.

E quem mais luta pelo direito à terra?

Os povos tradicionais (indígenas e quilombolas) lutam pelo direito à permanência e sobrevivência de suas culturas, para isso se organizam na luta pela **demarcação** e proteção de suas terras muitas vezes invadidas por empresas rurais, latifundiários, políticas públicas que priorizam o avanço da **fronteira agrícola**.

Fronteira agrícola é o avanço da unidade de produção capitalista sobre o meio ambiente, terras cultiváveis e terras de agricultura familiar. Geralmente esse fenômeno está ligado à ampliação da monocultura e da pecuária nas sobre as áreas florestais ou terras ocupadas por outros modelos de exploração.



Indígenas em manifestação em Brasília, 2013.

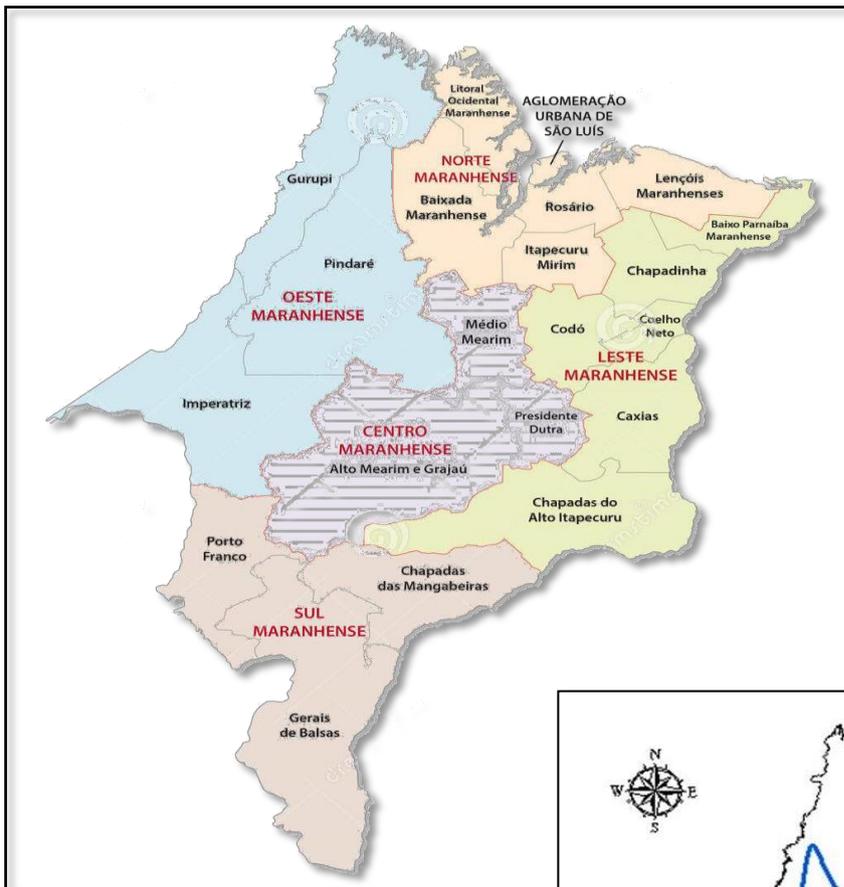


Quilombolas em São Luís reivindicando a titulação de terras, 2014.

Você conhece a história de luta das comunidas quilombolas do município de Alcântara? Pesquise sobre o processo de retirada dessas comunidades rurais para a construção do Centro de Lançamento e as consequência que esse projeto deixou nas comunidades envolvidas.

Entre a terra livre e a terra cativa

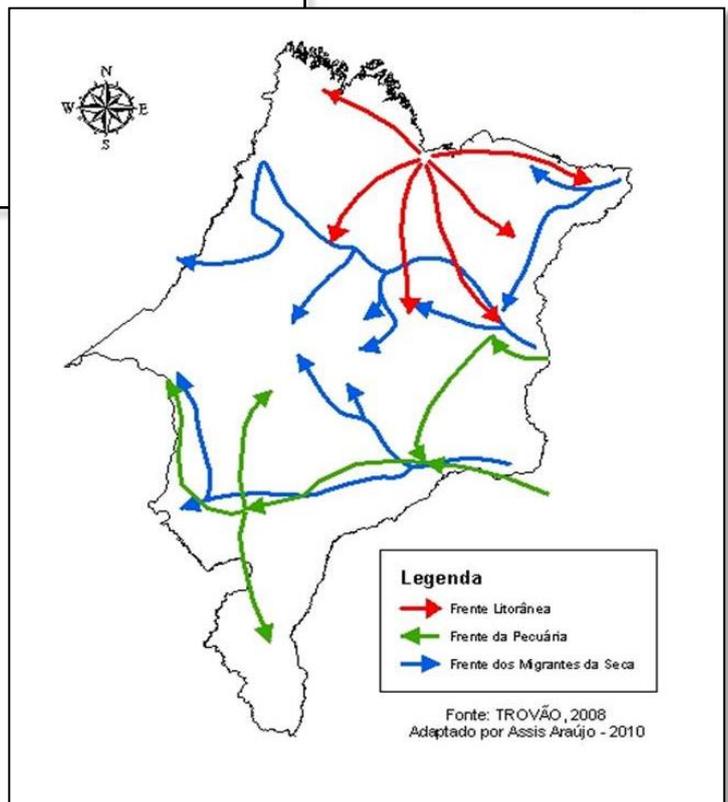
Durante muito tempo o Maranhão foi visto como espaço de **terras livres** o que atraía muitos camponeses que fugiam da seca de outros estados do nordeste e de outras regiões do Maranhão quando expulsos por fazendeiros.



A relação terra livre x terra cativa faz parte da **narrativa da memória coletiva** dos camponeses maranhense, em que o tempo da terra livre correspondia à época de terras disponíveis e o tempo da terra cativa, com o processo de avanço da fronteira agrícola e expulsão de camponeses das áreas que habitavam. Não há uma demarcação temporal precisa nessas narrativas.

Mapas Maranhão: 1: Regiões. 2: Frentes de Ocupação Maranhense.

Circule as regiões da Baixada Maranhense, Itapecuru Mirim e Médio Mearim (MAPA 1) compare-as com o Mapa 2 e perceba de que frente de ocupação elas fazem parte. Essas regiões são regiões de ocupação antiga e receberam camponeses desde o início do século XX. Posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, vários camponeses são expulsos dessas áreas intensificando os processos migratórios.



Agora é a sua vez!

Converse com as pessoas do seu convívio, seus familiares ou vizinhos e descubra se há alguém que saiu do seu local de origem. Elabore algumas perguntas e transcreva a entrevista ao lado.

Não esqueça de pontuar:

- a) Local de nascimento;
- b) motivo do deslocamento;
- c) relação com o local de origem e local de chegada.

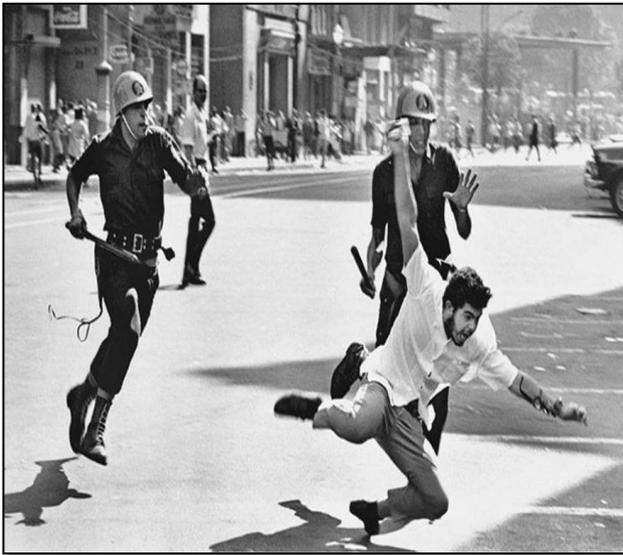
CAMPONESES E CAMPONESAS NA DITADURA.

RESISTIR É PRECISO!

Vimos que o espaço rural brasileiro é marcado por grandes desigualdades e por conflitos em torno do direito à terra. Geralmente esses conflitos resultam em assassinatos ou expulsão dos camponeses.

Durante a **Ditadura** iniciada com o **Golpe de Estado de 1964**, os conflitos agrários se intensificaram. Muitos empresários e grandes latifundiários se beneficiaram com esse sistema autoritário que representou a retirada de direitos de parte significativa da sociedade brasileira.

O que é uma Ditadura? Ditadura é uma forma de governo onde todo poder está localizado nas mãos de uma pessoa ou de um grupo. É essencialmente um regime antidemocrático e antipopular. No Brasil houve várias experiências ditatoriais em diferentes contextos. No presente capítulo estudaremos aspectos da Ditadura iniciada em 1964, após o Golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart. Em todos esses casos, as características fundamentais de uma ditadura é ausência da participação democrática, uso da violência com legitimadora do poder e ameaça aos direitos políticos e civis gerando um regime de exceção e deixando experiências traumáticas na sociedade.



A repressão na Ditadura atingiu uma grande parte da sociedade. Na primeira imagem militares reprimem uma manifestação. Já na segunda imagem, camponeses capturados na Guerrilha do Araguaia. Esse movimento contou com o apoio de vários camponeses nos estados do Maranhão, Para e Goiás (hoje atual Tocantins). Vários camponeses e militantes do Partido Comunista Brasileiro foram brutalmente assassinados e dezenas seguem desaparecidos. Você já ouviu falar na Guerrilha do Araguaia? Procure em sites, livros e blogs informações sobre esse movimento, depois reflita sobre o contexto de violência política no campo.

Violência e Perseguição no campo

A Ditadura deixou marcas profundas no campo maranhense reprimindo as organizações camponesas que buscavam garantir direitos para o trabalhador rural. Nesse período o meio rural maranhense passou por grandes mudanças.

Em 1969, o governador José Sarney colocou em vigor a Lei de terras. Essa lei tinha como objetivo regularizar a estrutura agrária maranhense. Todavia, o que se viu foi a possibilidade de acúmulo de terras e crescimento do latifúndio no estado.

A lei não regularizou a posse de terra de pessoas que viviam décadas em muitas regiões do estado. Muitas empresas e fazendeiros se apropriaram ilegalmente dessas terras públicas através da **grilagem**. Após 1969 os conflitos de terras no Maranhão se acentuaram.

Grilagem é o termo utilizado para a prática de apropriação ilegal de terras públicas. Quem comete a grilagem é conhecido como grileiro. O termo vem de grilo. Em épocas coloniais, para regulamentar a posse da terra, algumas pessoas forjavam uma documentação e colocava em um local com vários grilos. Esses grilos liberavam toxinas deixando o documento com a cor envelhecida que serviria para comprovar a longevidade da documentação. Na contemporaneidade o processo se dá de outra forma, o grileiro geralmente tem ligação com agentes públicos que regulamentam terras públicas a partir de um esquema fraudulento de reconhecimento da propriedade.



A figura acima se trata de uma charge. Crie uma legenda para essa imagem, e em seguida responda: qual a crítica que o artista procurou fazer? Você concorda?

Ter posse da terra não significa ter a propriedade. O que isso quer dizer? A posse está relacionada ao uso de algo, nesse caso a terra. Enquanto a propriedade é o reconhecimento jurídico da posse. No caso em estudo, muitos grupos conseguiram a propriedade de vários hectares de terras sem ter a posse, enquanto para quem trabalhava na terra, no caso, o campesinato foi negado o direito de propriedade.

A imprensa é uma fonte para historiador, pois a partir dela compreendemos como é construída a importância de um tema em um determinado contexto. Através do análise do jornal é possível refletir sobre a circulação de ideias em momento histórico. O que você sabe sobre a imprensa, sobre os jornais? Eles constroem opiniões? Comente com seu professor ou professora sobre isso.



O Jornal Pequeno foi um importante impresso no Maranhão com circulação ainda hoje. Era um dos principais jornais da cidade de São Luís e um dos poucos que denunciavam os conflitos rurais do estado. Todas as matérias acima são da década de 1980, esse período foi marcado por grandes manifestações contra a Ditadura e luta pelo retorno da democracia. Parte considerável dos pesquisadores chamam esse período de Reabertura Política ou mesmo Período de Redemocratização. Interessante observar que essa conjuntura de luta é marcada pela permanência e intensificação dos conflitos rurais. Observe as imagens acima e discuta em sala de aula as temáticas das reportagens. Há alguma permanência ou o cenário de violência no campo mudou? Você conhece algum caso recente de violência no campo?

As imagens acima da esquerda para direita (Jornal Pequeno, 1985. Jornal Pequeno 22.06.1986. Jornal Pequeno, 20.06.1985) fazem parte do acervo da Biblioteca Benedito Leito localizada no centro da cidade de São Luís, MA.

Resistir é Preciso!



O aumento da violência no campo na década de oitenta não representou a indiferença dos camponeses e camponesas ao problema agrário. A luta pela reforma agrária continuava sendo a principal bandeira das organizações camponesas no Maranhão. Por que essa reivindicação era importante ao campesinato?

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO MARANHENSE

Associação de Lavradores (1950 e 1960).

Atuação do Movimento de Educação de Base -Igreja Católica (1960).

Processo Intensivo de Sindicalização e atuação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Maranhão (1970-1980).

Criação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra MST (1984).

Primeira Ocupação organizada pelo MST e formação de Assentamento no Maranhão em 1987, em Vila Conceição região de Imperatriz.

Criação do Centro de Educação dos Trabalhadores Rurais - CÊNTRU (1987).

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. (1991)



A luta pela terra no Bico do Papagaio (1964-1985) representou um dos grandes marcos na História social do campesinato e dos conflitos agrários do Maranhão Contemporâneo. Essa microrregião, corresponde hoje ao atual Tocantins, é conhecida por esse nome por ter um estrutura geológica semelhante ao bico de uma ave. A região do Bico do Papagaio foi cenário de um grande movimento de resistência do campesinato. Durante vários anos os camponeses e camponesas lutaram contra grileiros, fazendeiros, políticos e pistoleiros que tinham interesses naquela região. Em 1986, **Padre Josimo** foi assassinado em Imperatriz, ele era um dos grandes apoiadores dos camponeses da região. Apenas em 15 de setembro de 2010, os acusados foram julgados pelo crime.

UM CERTO MANOEL DA CONCEIÇÃO

TEXTO 1

Quantos anos você tem?

Vou completar 140 anos, no dia 4 de julho deste ano.

Como assim?

Quando nasci e onde me criei, a noite não era contada como dia. Os meus avós e pais diziam: um ano tem 365 dias. Então, como o ano tem 365 dias, ele tem 365 noites, e, juntos, termina a gente tendo 140 anos!

E você nasceu onde?

Nasci em Pirapemas, numa comunidade chamada Pedra Grande, no Maranhão. Na época era município de Coroatá. Hoje é município.

Sua família era de camponeses?

Minha família era de camponeses, agricultores pobres. Meu avô descendia de indígenas, meu pai de africanos escravos e minha mãe de portugueses...

Sua família é do interior do Maranhão?

Todo o tempo habitaram no campo. Primeiro na região de Vargem Grande (MA), que nós chamamos de desmatamento do Rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão. Depois eles mudaram para esse lugar chamado Pedra Grande, que fica na beira do Rio Itapecuru.

E como você começa a se conscientizar, a participar da luta?

Meu pai tinha um patrão chamado Luís Soares, que era considerado o pai dos pobres. E como os agricultores pobres tinham dificuldade de ter suas terras registradas, pagar impostos direitinho, ele sugeriu ao meu pai incluir a terra herdada dos avós como sendo dele, porque nossa terra ficava no meio da terra dele. Mas em 1953 esse cidadão morreu. E a gente pensava que ele tinha feito isso só conosco, mas ele tinha feito com centenas de famílias da região do cerrado maranhense. Um ano depois, a viúva, com os filhos, entendeu de tomar essas terras e juntou centenas de jagunços, policiais, que saíram expulsando todo mundo, e nós fomos atingidos. Ficamos sem terra e viemos para a região do Mearim, município de Bacabal, onde iniciamos o trabalho de criação da associação rural de agricultores, pois as terras também eram da União, não tinham dono.

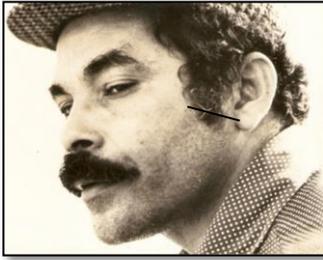
ENTREVISTA COM MANOEL DA CONCEIÇÃO cedida a Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo em 10/03/2005.

TEXTO 2

"[...] exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como as utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam (GRYNSZPAN, 1990, p. 74)"

De acordo com a leitura do TEXTO 2, qual a importância das trajetórias individuais para a reconstrução do conhecimento histórico?

Sobre o TEXTO 1, você já ouviu falar desse personagem? Que aspectos da vida de Manoel da Conceição se relacionam com o assunto estudado?



Retome o início do livro quando falamos sobre os fluxos migratórios no Maranhão e a questão agrária.

Massacre de camponeses incluindo crianças e idosos na região de Pindaré, localizada entre as cidades de Santa Inês e Santa Luzia. O massacre foi coordenado pelo subdelegado Manacé Alves Castro. Os camponeses vinham resistindo ao assédio de Manacé que cobrava indevidamente pagamento pelo uso de terras públicas.

A **tortura** era um instrumento utilizado de forma naturalizada na Ditadura. Muitos não resistiam a procedimentos desumanos como choques, estupros, espancamentos, cisões nos órgãos genitais dentre outras formas de violência exercida pelos militares durante esse período. **Exílio** significa ser expulso do país por motivos políticos.

A **Lei de Anistia** entrou em vigor em 1979 e estabeleceu orientações para o perdão dos crimes políticos. Vários pesquisadores criticam o modelo de Anistia conduzido no Brasil, sobretudo no tocante a impunidade dos agentes públicos e privados que cometeram crimes hediondos com tortura e assassinatos.

Margarida Alves foi uma líder camponesa da Paraíba, assassinada em 1983.

Manoel da Conceição é um líder camponês maranhense nascido em 1935, no distrito de Pirapemas no Maranhão. Na década de 1950, sua família migrou para Pedra Grande na beira do Rio Itapecuru.

Em 1953, Manoel muda-se para a região do Mearim (próximo de Bacabal). Juntamente com outros camponeses e camponesas organiza a primeira Associação de Lavradores da região. Nesse período, envolve-se em conflitos com os fazendeiros locais e torna-se sobrevivente da chacina de Copaíba em 1957.

Na década de 1960, torna-se um dos principais organizadores políticos do campesinato maranhense. Em 1967, sob o regime ditatorial foi vítima de um atentado, sendo baleado na perna e preso durante sete dias sem cuidados médicos.

Nesse período, estudantes, operários e intelectuais pressionam o então governador José Sarney, para a sua libertação. Em 1969, viaja para a China e participa de uma intensa formação política.

Manoel da Conceição radicaliza a luta pela terra juntamente com outros camponeses e camponesas na criação de sindicatos rurais no interior do estado, o que o torna como um dos principais alvos da Ditadura no Maranhão.

Entre 1972-1975, é preso diversas vezes e torturado. Em 1975, torna-se um refugiado político ganhando exílio em Genebra, Suíça.

Com a Anistia de 1979, Manoel e outros exilados retorna ao país, e de imediato, reinicia suas atividades políticas.

Em 1979, juntamente com a camponesa Margarida Alves e outros camponeses cria o CENTRU em Pernambuco e Imperatriz, cidade em que reside até hoje.

Participa ativamente do primeiro assentamento do Maranhão em 1987. Sua luta política pela democratização da terra é conhecida nacional e internacionalmente.

Quando Manoel estava no exílio é lançada a obra "Essa terra é nossa". Trata-se de sua autobiografia organizada pela pesquisadora Ana Maria Galeno. Mas o que é uma biografia? Que cuidados devemos ter ao analisar um biografia? Converse com seu professor(a) de História sobre isso.



O Período de Redemocratização do Brasil foi lento e gradual. Em 1985, tivemos eleições indiretas para presidente. Em 1988, foi colocado em vigor a Constituição Democrática, no entanto, nada foi feito para apuração dos crimes da Ditadura. **Comissão Nacional da Verdade** é a comissão instituída pelo governo do Brasil no ano de 2011, que investigou as graves violações de Direitos Humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A CNV luta pela **memória social** do nosso país e pela divulgação dos atos hediondos cometidos pelo Estado brasileiro. Mas o que é **memória social**? Podemos dizer que é a construção coletiva sobre o que lembrar. No presente caso, a CNV contribui para reconstrução da memória coletiva a respeito da Ditadura. O direito à memória faz parte de uma **justiça de transição**, ou seja, para construção de uma cultura democrática é necessário reconhecer os crimes de eventos traumáticos. Justiça de Transição diz respeito aos mecanismos de responsabilização dos crimes cometidos em um período.

O que você pensa a respeito disso? Você acha importante para uma sociedade o conhecimento de eventos autoritários? Publicizar as informações sobre torturadores e assassinos é um tipo de justiça?

Interlocutor – Certo, senhor Manoel, dentro desse estado, que você passou um tempo sendo transferido de um lugar para outro, para prisões diferentes. Qual foi o lugar que você realmente sofreu maiores torturas, você lembra?

Manoel Conceição Santos – Todas as minhas torturas, a maioria esmagadora foi no Rio de Janeiro. **Interlocutor** não identificado – Ah, no Rio.

Manoel Conceição Santos – É, lá para onde eu fui e que me botaram nessa cela infernal, eu entrava empurrado, de costas, não podia ficar em pé porque não cabia e lá eu ficava deitado no chão. Ali, [trecho incompreensível] pouco, mas comia pouco também. De vez em quando, no final do dia eles te davam um pão molhado com água, essa era a comida, pegava o pão para comer molhado com água. No outro dia ou nos outros três dias para lá, tudo era noite.

Interlocutor : Você não tinha noção de quando era dia e nem de quando era noite?

Manoel Conceição Santos – Não, mas ali a luz era todo o tempo, aí a gente não sabia se era de dia ou se era de noite. Agora, depois de lá [trecho incompreensível] no Recife, mas lá era uma cadeia melhor, eu ficava assim, eu ficava em pé, ficava algemado, só de calção. Muita investigação foi. No Recife e na Bahia não foi tanto, nem em Alagoas. Agora, tortura só no Rio e no Recife.

Trecho do Depoimento de Manoel Da Conceição a Comissão da Verdade na cidade de Imperatriz, MA. em 16. 11. 2013

Agora é a sua vez!

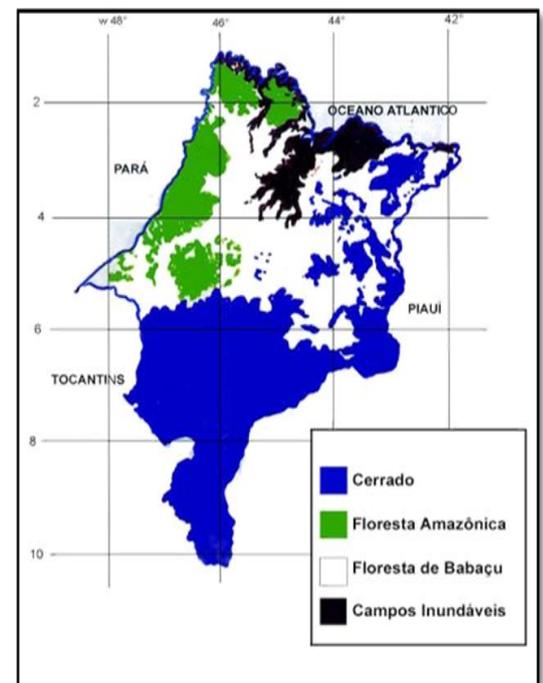
- Identifique no depoimento de Manoel da Conceição elementos que indiquem crimes aos Direitos Humanos.
- Você consegue perceber elementos da História coletiva dos camponeses maranhenses no vida de Manoel da Conceição? Quais?
- Construa uma linha do tempo sobre os eventos da vida de Manoel da Conceição.

COCO LIVRE E MULHERES EM LUTA

A extração do babaçu é uma prática longínqua na produção agrícola maranhense, dá-se por meio da extração da amêndoa do coco de forma manual para venda e produção do azeite de coco, sabonete e outros derivados.

O trabalho de extração dos babaçus, na grande maioria das vezes, é desenvolvido por mulheres e representa parte significativa da renda familiar.

Os babaçuais se estendem desde o norte do Tocantins até o norte do Maranhão, e do leste do Pará ao oeste do Piauí.



Extração da amêndoa do babaçu. No mapa acima temos a divisão agro ambiental do Maranhão, localize e pinte a região correspondente às áreas de babaçuais, não se esqueça de atualizar a legenda.

Você conhece esse fruto? Que relação existe entre a defesa dos babaçuais e a questão da luta pela terra?

extrativismo é uma das atividades mais antigas da humanidade, antecedendo a agricultura e a pecuária, corresponde em extrair da natureza recursos minerais, animais e vegetais como no caso do babaçu.

Narrativa: prática de organizar e contar uma história.



Mulheres na extração do babaçu

A luta pelo direito ao **extrativismo** representa o caráter de totalidade da luta pela terra que inclui discussões ecológicas, proteção das áreas ambientais e relações de solidariedade, para além da produção econômica.

No Maranhão, durante muito tempo os babaçuais eram localizados em florestas, ou seja, em terras públicas, eram livres para a extração. Esse tempo é considerado dentro da **narrativa** de muitas quebradeiras de coco como *tempo do coco livre*.

Com o processo de criação de latifúndio e cercamento das áreas de babaçuais nas décadas de 1960 e 1980, as pessoas que viviam do extrativismo foram perseguidas por grileiros e grandes criadores de gado sendo proibidas de colher o fruto. Esse período é lido pelas quebradeiras de coco como o *tempo do coco preso*.

Não raras vezes os fazendeiros protegidos pelas instituições do governo ditatorial, pagavam jagunços para espancar e surrar as mulheres extrativistas.

Foram muitos anos de luta e resistência. A defesa das áreas de babaçuais não significam apenas a segurança econômica, mas uma concepção de preservação da palmeira e regiões de florestas.

Em 1991, já no período democrático, foi realizado o I Congresso Interestadual de Quebradeiras de Coco e em 1995, foi criado o **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)**, unindo mulheres extrativistas do Piauí, Pará, Tocantins e Maranhão.

O MIQCB continua em atividade até os dias de hoje na defesa do meio ambiente e luta pela floresta.



Observe as pontuações da antropóloga Maristela Andrade da Universidade Federal do Maranhão, sobre o uso dos termos "tempo do coco livre" e "tempo do coco preso" e responda as questões propostas.

"Toda vez que solicitamos a essas mulheres – e em geral o fazemos às ocupantes de posições de destaque, hoje, no movimento das quebradeiras – para discorrerem sobre as lutas que as levaram à conquista da terra e dos babaçuais, elas remontam ao tempo em que o acesso aos babaçuais e, portanto, a extração do babaçu deixou de ser livre. Toda vez que lhes pedimos para comentar sobre o processo que as levou a se livrar dos atravessadores, a controlar o beneficiamento das amêndoas, a comercialização e, até mesmo, a exportação do óleo para o mercado internacional, as narrativas remontam ao denominado tempo do coco preso. A memória das lutas travadas para garantir o livre acesso a esse recurso vegetal remete, nas narrativas, a um tempo em que os babaçuais deixaram de ser recursos abertos, usufruídos em sistema de uso comum (ANDRADE, 2007, p. 446)"

a) Para as mulheres quebradeiras de coco, qual a diferença entre os tempos do coco livre e coco preso?

b) Existe alguma relação entre o tempo do coco preso e as mudanças na estrutura agrária maranhense abordadas no início do livro?

Abaixo segue um depoimento de uma quebradeira de coco. Trata-se de um documento histórico a partir do uso da História Oral. Através do registro oral é possível reconstruir historicamente um processo, ou parte dele. Leia atentamente o trecho e reflita sobre as questões sugeridas

"Olha, isso é diferenciado por tempo. Antes, quando eu era pequena, minha avó fazia uma crítica e isso entra muito na questão do preconceito e da discriminação... “ah homem que quebra coco cresce a bunda”. É como se fosse assim “ah vai virar mulher...” assim, nesse sentido. Então na minha comunidade eram poucos os homens que quebravam coco. Agora já têm mais homens que quebram coco na minha comunidade. A outra diferença aqui mesmo no município é no Riachão. Nós temos uma diretora sindical aqui de Lago do Junco, mas mesmo no Riachão, que é um povoado, lá os homens juntam coco e quebram coco. Os nossos, da nossa comunidade, junta mais do que quebram. Eles não têm muita vergonha de juntar, mas já não gostam de quebrar". Entrevista com Maria Soares concedida, Bacabal-MA a historiadora Viviane Barbabosa, em 04/11/2011

a) Por que os homens se negavam participar do trabalho?

b) Reflita sobre o protagonismo das mulheres na luta e defesa dos babaçuais.

Para não esquecer: Vítimas e desaparecidos no Maranhão

TEXTO 1

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva. (Henry Roussou. 2006, pp. 94).

TEXTO 2

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. (Pierre Nora, 1984, p.12)

TEXTO 3

"Nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos a partir da memória, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos. Esse é um desafio central da humanidade, que tem importância redobrada em países da América Latina, caracterizados historicamente pelas violações dos direitos humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais (Programa Direitos Humanos nas Escolas 2007, p. 22)."

- a) O que é memória para os historiadores Pierre Nora e Henry Roussou? Você concorda com eles?
- b) Segundo o TEXTO 2: Por que a América Latina é citada de forma pontual? Que eventos ocorrido nessa parte do continente desperta maior atenção para uma educação em Direitos Humanos?
- c) "toda memória, é por definição coletiva" Você concorda com essa afirmação? Justifique sua resposta.



O Memorial da Resistência de São Paulo é um museu que preserva as memórias da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo. O conjunto prisional é composto por quatro celas, um corredor principal e um corredor para banho de sol. Em cada um dos espaços, painéis e outros suportes audiovisuais apresentam desde o processo de implantação do Memorial da Resistência aos testemunhos sobre o cotidiano na prisão.

No Maranhão, a luta pela terra foi marcada pela utilização extrema de violência contra os camponeses e camponesas.

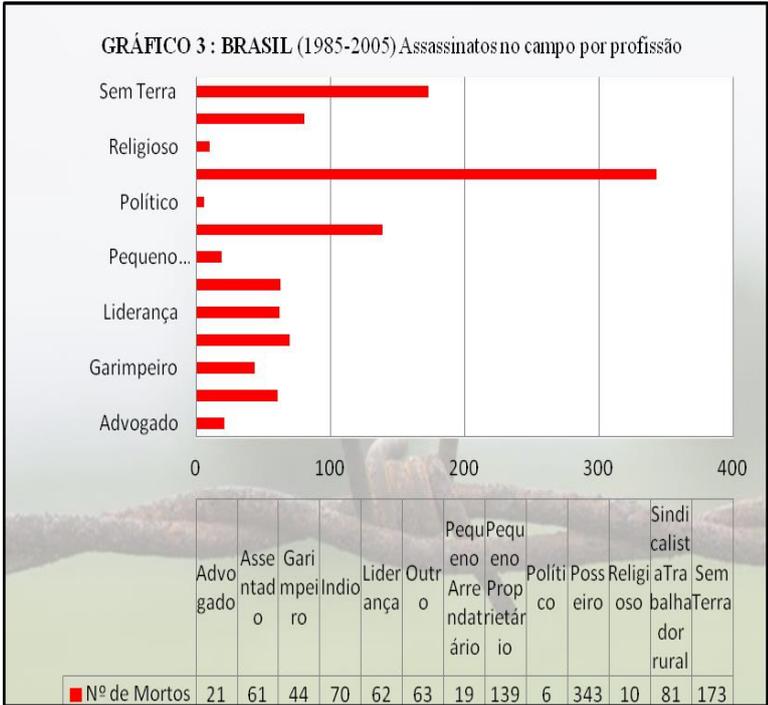
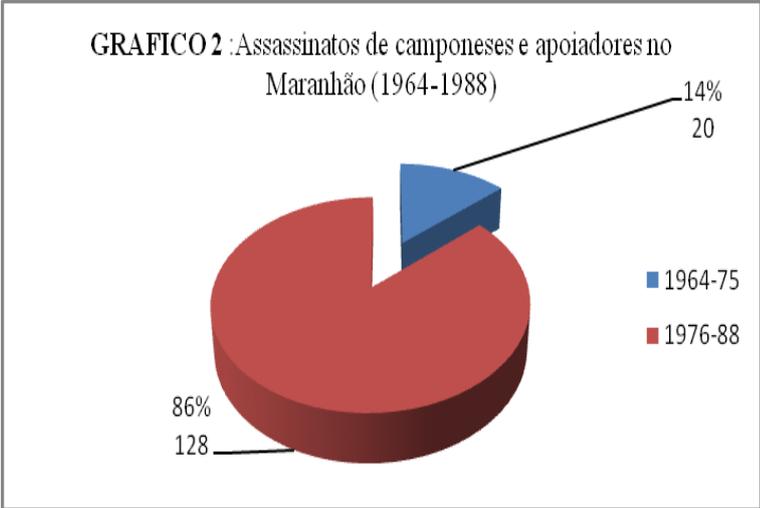
A ditadura iniciada em 1964, conduziu de forma autoritária o problema fundiário no estado e no Brasil.

As forças militares ficaram a serviços dos latifundiários e grandes representantes do capital internacional.

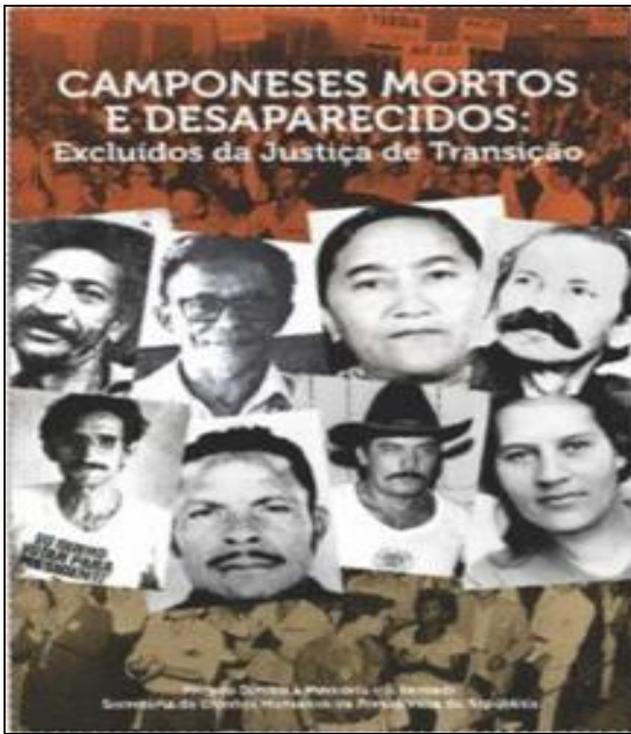
Nas décadas de 1970 e 1980, cresceram o número de sindicatos rurais no Maranhão. Camponeses e camponesas seguiram na organização política a partir de uma forte tradição de resistência e luta contra a concentração de terras.

Parte do mapeamento dos conflitos do campo no período ditatorial só foi possível devido ao apoio de pesquisadores, intelectuais, artistas e outros segmentos sociais às causas do campo.

Dentre os inúmeros apoiadores da luta pela terra, destacamos a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1972, tendo como principal função acompanhar as problemáticas agrárias e coletar dados sobre a violência no campo. A CPT era uma das principais ações do segmento da Igreja Católica iniciado na década de 1960, chamado Teologia da Libertação. Pesquise sobre esse movimento e suas contribuições na luta pelo fim das desigualdades sociais.

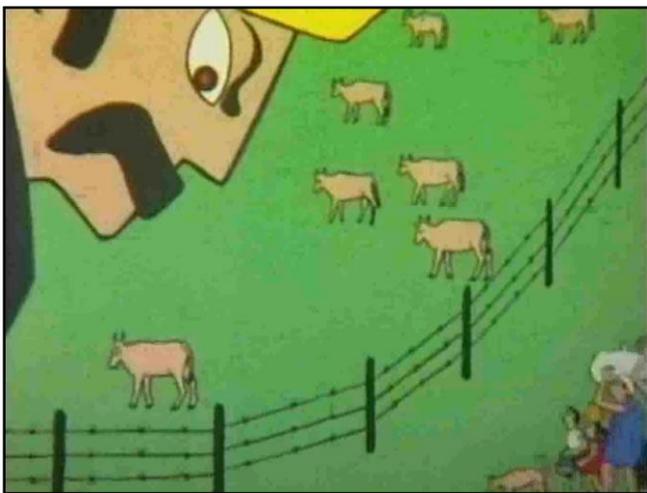


- De acordo com os gráficos ao lado e responda:
- Qual a categoria que mais sofreu com o assassinato no campo no Brasil?
 - No Maranhão, qual o período de maior incidência de assassinatos no campo?



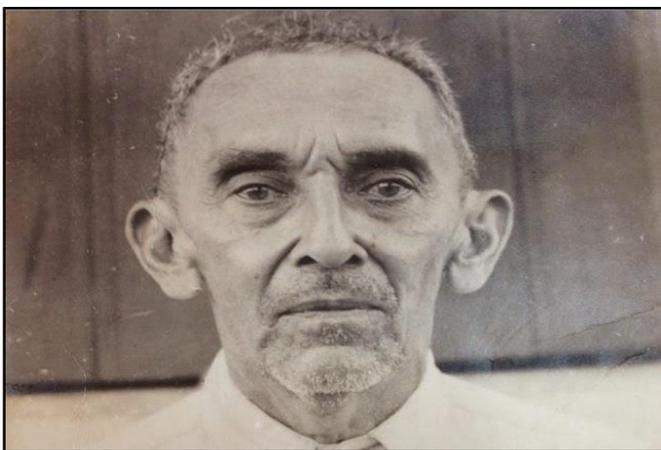
Nos anos 2000 vários pesquisadores apoiadores das lutas camponesas e familiares das vítimas reivindicaram o direito a memória e à reparação. O resultado foi a publicações de vários relatórios sobre a violência no campo.

O relatório ao lado aponta 1.196 casos de trabalhadores rurais assassinados ou desaparecidos por razão ideológica e disputa fundiária no campo. Reflita sobre a importância desses relatórios para a sociedade.



O filme "Quem matou Elias Zi " do cineasta maranhense Murilo Santos, apresenta como enredo a morte do camponês Elias Zi no município de Santa Luzia em 1982. Ele foi assassinado no mercado central da cidade. Os criminosos, comerciantes e políticos da região, continuam impunes até hoje. O filme encontra-se disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FOKhFqmigsQ>



Epaminondas Gomes de Oliveira foi morto em 20 de agosto de 1971 sob custódia do exército e desaparecido nessa mesma data em Porto Franco - MA. A Comissão Nacional da Verdade coordenou em 2013, a exumação dos restos mortais do líder camponês que foi entregue aos familiares no mesmo ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caro leitor e leitora, espero que essa pequena caminhada tenha contribuído para seu conhecimento sobre as lutas camponesas do nosso estado.

Sabemos que nem sempre algumas informações são democratizadas. Ao pensar nesse material levamos em consideração o pouco de materiais didáticos sobre o campesinato nas escolas e nas livrarias para o público da sua idade.

Para nós foi uma oportunidade única poder dialogar com um universo tão interessante e curioso como os jovens das escolas de Educação Básica do Maranhão.

A vocês depositamos toda a nossa esperança. Não esqueçamos que nem sempre os dias foram bons para quem desejou um mundo melhor.

Muitas vezes somos surpreendidos por movimentos autoritários que nos retiram direitos e perseguem nossos sonhos. Mas, aprender História nos deixa atentos e esperançosos, porque nada é imutável e o movimento da vida quem conduz somos nós, seres humanos!

Não deixa de ser excitante saber que nem o autoritarismo e a força da ditadura frearam o desejo pela reforma agrária de milhares camponeses e camponesas. E que estudantes, operários, intelectuais, indígenas, quilombolas e trabalhadoras e trabalhadores rurais lutaram, cada um da sua maneira, pela mesma coisa: liberdade e vida com dignidade.

Que essa história alimente nossos desejos por dias melhores e mais justo!

Até mais, e não esqueçamos que *tudo é História!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Na terra das palmeiras: trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Salvador: Niterói: UFF UFBA, Programa de Pós- Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) Disponível em: http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_viviane_barbosa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Diário Oficial da União **DECRETOS E LEIS**. Disponível em www.planalto.gov.br .

_____. **Memórias Reveladas**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional Disponível: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>.

_____. **Camponeses mortos e excluídos da justiça de transição**. Secretaria de direitos humanos. Brasília, 2013. Disponível: dh.sdh.gov.br

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura n. 5 Rio de Janeiro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>

CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985**. Camponeses mortos e desaparecidos. Brasília. MDA, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e Poder. Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo. Annablume, 2013.

CONCEIÇÃO, Manoel da. **Essa Terra é Nossa: depoimento sobre a vida e a luta dos camponeses no estado do Maranhão**. GALANO, Ana Maria. Entrevista e edição. Petrópolis, Vozes. 1980.

COMISSÃO Nacional Da Verdade. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014. DOSSIÊ REPARAÇÃO. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília: Ministério da Justiça, nº 3, Jan/Jun 2010, p.40-173.

COMISSÃO Pastoral Da Terra. **Questão Agrária**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos de terras no Brasil**. 1985-1988. Disponível em : www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Nossa História**. Disponível em : www.cpt.nacional.org.br.

_____. CEDOC. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra, 1975**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio. Sete barracas em busca de um elo**. Imperatriz. Ética, 2008.

FETAEMA. **Revista dos 40 da Fetaema**. São Luís, 2012. Disponível: http://www.fetaema.org.br/arquivos/publicacoes/revista_40anos.pdf.

FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição sobrevivente do Brasil**. Imperatriz. Ética, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares** (Trad. Yara Aun Khoury). Projeto História. São Paulo, 1993.



A autora

Mariana Sulidade é Áries, com lua em Touro. Natural de Santa Luzia cidade da região do Pindaré, Maranhão.

É formada em História pela Universidade Estadual do Maranhão . É professora da Educação Básica em São Luís e pesquisadora sobre a questão fundiária no estado do Maranhão do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea da Universidade Estadual do Maranhão.